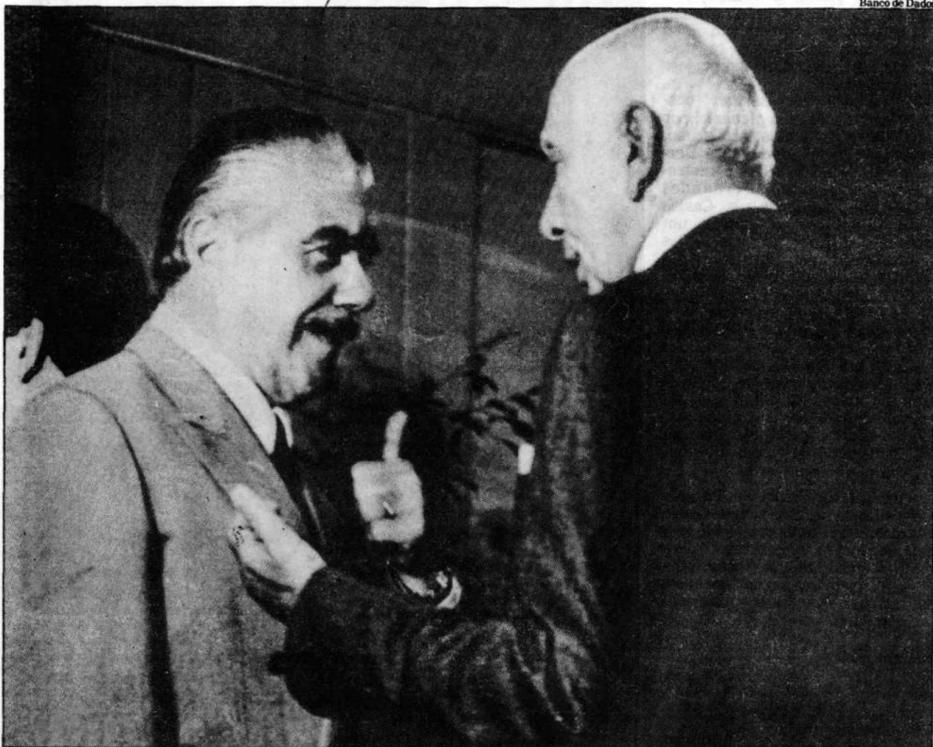


O pacto do diabo

Sant'Anna lança Ulysses a premiê no neoparlamentarismo



O lançamento de Ulysses para primeiro-ministro é o desdobramento de um pacto com Sarney em torno dos cinco anos

MAURO LOPES
Repórter do Sucursal de Brasília

"Meu candidato a primeiro-ministro é o doutor Ulysses". Com esta frase, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), 53, lançou ontem o nome do presidente do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, para encabeçar o primeiro gabinete do governo "neoparlamentarista". O novo sistema de governo se inaugurará no país em 15 de março de 1988, se for aceita pelo Congresso constituinte a proposta aprovada no último fim-de-semana na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

Para Sant'Anna, Ulysses Guimaraes é o nome "natural" para a função que, em 1961, foi ocupada por Tancredo Neves, durante a curta experiência parlamentarista brasileira, encerrada no ano seguinte por um plebiscito que restaurou o presidencialismo.

O líder do governo falou à Folha ontem à noite, e disse que, como primeiro-ministro, Ulysses Guimarães precisará "costurar uma ampla base de apoio parlamentar". Esta base parlamentar, em sua opinião, deve ser a Aliança Democrática, composta pelo PMDB e PFL.

Se for nomeado pelo presidente José Sarney como seu primeiro-ministro, Ulysses terá uma grande vantagem em relação a outros que vierem ocupar esta função no futuro: de acordo com o texto aprovado na Comissão, o primeiro-ministro que inaugurar o "neoparlamentarismo" não poderá ter seu nome rejeitado pela Câmara dos Deputados. Gozará de seis meses de estabilidade para aplicar seu plano de governo. Durante este período, o gabinete ministerial não poderá ser derrubado pelos deputados.

A partir de sua nomeação pelo presidente, o primeiro-ministro deverá indicar os demais ministros, que serão nomeados pelo presidente. No máximo dez dias depois, todo o gabinete deverá comparecer ao Congresso Nacional para apresentar um plano de governo. Aprovado o plano pelo Congresso, o gabinete começa a governar.

Ulysses Guimarães, que havia discutido antes a questão também com o presidente Sarney, avisou seus pares: "Vai dar a proposta Fogaca" (alusão ao senador gaúcho José Fogaca que, na Subcomissão do Poder Executivo, havia apresentado um relatório que acabou, na essência, encampado pela Comissão de Sistema de Governo).

Em todo caso, ainda há um longo percurso a percorrer entre a aprovação da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo e a inscrição do "neoparlamentarismo" no texto constitucional. Na primeira etapa — o relatório da Comissão de Sistematização —, não deverá haver alterações. O relator, Bernardo Cabral (PMDB-AM), trabalha com a ideia de aceitar todos os textos como vieram das comissões, a menos que haja colisão entre relatórios que tratam do mesmo assunto (o que não é o caso do parlamentarismo).

Até 15 de julho, portanto, quando a Sistematização joga para o plenário o início das discussões, o "neoparlamentarismo" terá uma sobrevida tal como está. Depois — e aí já se terá uma ideia preliminar dos efeitos políticos e econômicos do pacote de sexta-feira —, o Palácio do Planalto trabalhará ativamente para transformar o "neoparlamentarismo" em "neopresidencialismo", ou seja, para reforçar os poderes do presidente e diminuir os do primeiro-ministro.

Os primeiros indícios, entretanto, mostram que, nesse trabalho, não se porá a mesma ênfase que se colocou na defesa dos cinco anos de mandato para Sarney.

Novo sistema veste o figurino do deputado

CLÓVIS ROSSI
Enviado especial a Brasília

O sistema "neoparlamentarista" aprovado, no fim-de-semana, pela Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo do Congresso constituinte — muito mais parlamentarista do que gostaria o Palácio do Planalto —, parece desenhado para que um único homem tenha o perfil ideal para ser o primeiro-ministro a partir de 15 de março de 1988: Ulysses Silveira Guimarães, presidente da Câmara, do Congresso constituinte e do PMDB.

Esta é a primeira e ainda precária avaliação que se faz no PMDB e nos poucos gabinetes do Palácio do Planalto que funcionaram no feriado de ontem. O nome de Ulysses emerge da seguinte decantação: o futuro primeiro-ministro terá que ser parlamentar, como diz o texto aprovado, o que reduz o número de candidatos a 559. Terá que ser do PMDB, pela lógica, na medida em que esse é o partido majoritário, o que reduz a 305 o número de possíveis primeiros-ministros. E terá, como é óbvio, que ter densidade política para assumir a chefia do governo.

Nesta última situação, contavam-se ontem, no PMDB, apenas cinco nomes: além de Ulysses, os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes (todos de São Paulo) e José Richa (PR). Como o presidente José Sarney está em rota de colisão com Covas e Fernando Henrique (que defendem quatro anos de mandato para o presidente, quando ele exige cinco), restam três

nomes que o presidente poderia indicar. É óbvio que, desses três, o de Ulysses tem ou a maior densidade ou mais trânsito no partido.

É claro, entretanto, que o Palácio do Planalto ainda tentará alterar as regras aprovadas pela Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, na medida em que elas reduzem drasticamente os poderes do presidente e se aproximam muito do parlamentarismo clássico, que faz do primeiro-ministro o verdadeiro chefe do Executivo.

Mas o governo Sarney já se prepara para a hipótese de ter que engolir um sistema mais parlamentarista do que gostaria de ver implantado. Primeiro, porque a tendência por algum tipo de parlamentarismo é realmente majoritária no Congresso constituinte, conforme os levantamentos feitos por mais de uma assessoria do Planalto.

E, segundo, porque a nova configuração do sistema de governo desvia totalmente a discussão política, centrada agora em torno da duração do mandato. Se se consolidar, no texto final da Constituição, o esquema aprovado na comissão, o mandato será secundário, porque o poder estará mais com o primeiro-ministro do que com o presidente.

Dessa relativa resignação palaciana, dá bem ideia um fato que ocorreu na semana retrasada, quando os caciques do PMDB discutiam o tema, na casa do ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães: ficou decidido que o partido daria apoio à proposta do relator, Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), mais parlamentarista ainda. Mas

Acordo prepara a futura divisão de poder

GILBERTO DIMENSTEIN
Diretor do Sucursal de Brasília

Mais uma pista sobre o "pacto do diabo", um dos assuntos mais discretos da cúpula do PMDB, surgiu ontem em Brasília, lançada pelo líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna. Ele praticamente lançou o nome do deputado Ulysses Guimarães para primeiro-ministro, depois de votado o regime neoparlamentarista no Congresso constituinte. O "pacto do diabo" é o rótulo de um suposto acordo entre o presidente José Sarney e Ulysses Guimarães, sacramentado por uma futura repartição do poder.

Dentro da cúpula do PMDB, correm suspeitas, comentadas longe da imprensa, de que o apoio de Ulysses

Guimarães ao mandato de cinco anos seria consequência do "pacto" — em troca, Sarney o apoiaria na sucessão presidencial. Agora, porém, o cargo mais importante, caso prevaleça o relatório da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo, não é o de presidente, mas o de primeiro-ministro.

Sant'Anna frequenta o círculo íntimo de Sarney, costuma passar recados do Palácio do Planalto e, numa costura silenciosa, aglutinou os chamados "moderados" do PMDB, com o lançamento do grupo "centro democrático". A este movimento, complementa-se outra costura, a do senador Marco Maciel, também íntimo de Sarney. Maciel tenta atrair os demais partidos — PTB e PDS, por exemplo.

Ulysses aproximou-se dos "moderados", enquanto se distanciava da chamada "esquerda", em particular do senador Mário Covas, candidato à Presidência, defensor do mandato de quatro anos. De olho neste movimento, o governador Miguel Arraes enviou a Brasília um emissário, seu vice, o ex-deputado Carlos Wilson.

Wilson trouxe um recado para a cúpula do PMDB, mais precisamente dirigido a Ulysses Guimarães. Arraes, calcado em alguns indícios, supunha, de Recife (PE), que o presidente do PMDB é candidato e quer o PFL para chegar ao Palácio do Planalto, numa união abençoada por Sarney. Algo que, segundo ele, é rigorosamente "inaceitável", já que Maciel, até agora, está na fileira dos adversários.

Sistema de Governo

Proposta favorece 5 anos, diz relator

O relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), 57, disse ontem que o sistema de governo "neoparlamentarista" aprovado na comissão "pode demolir a campanha pelos quatro anos" de mandato para o presidente José Sarney. Para ele, o novo sistema de governo, se aprovado pelo Congresso constituinte, "dará uma legitimidade muito maior ao presidente Sarney" e "pode até assegurar os cinco anos" de mandato.

Ferreira Lima fez estas afirmações ontem, às 18h10, em uma das salas do serviço de processamento de dados do Senado (Prodasen). Até as 21h, ele não havia terminado de redigir o texto final do relatório da comissão, que deveria ser entregue ontem à Comissão de Sistematização. Durante todo o dia, além dele e de assessores legislativos, auxiliaram

na redação do relatório os deputados Genebaldo Correia (PMDB-BA), Jorge Hage (PMDB-BA), Jutahy Júnior (PMDB-BA), Ibsen Pinheiro (PMDB-MG), José Jorge (PFL-PE) e o senador José Fogaca (PMDB-RS), todos da comissão.

AS 17h, o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), compareceu ao Prodasen, a pedido de Ferreira Lima. Debateu-se no encontro o artigo 31 do relatório. No acordo feito para aprovação do texto de Ferreira Lima, este artigo previa que o presidente da República "é o responsável pelo Poder Executivo". Esta formulação foi derrotada pelo texto original do relatório, que não faz qualquer menção à relação entre o presidente e o Poder Executivo. A proposta derrotada, segundo os parlamentares da comissão, tinha "problemas técnicos".

Organização Eleitoral

PFL e PT podem se aliar contra o sistema misto

Setores do PFL e do PT no Congresso constituinte vão se unir para tentar derrubar a proposta do sistema eleitoral misto, onde parte dos deputados federais e estaduais são eleitos pelo voto proporcional — em que as vagas no Congresso são ocupadas em proporção ao número de votos de cada legenda — e parte pelo voto distrital — em que cada cidade é dividida em distritos que elegem representantes. "O PFL tem uma visão menos casuística do que o PMDB nesse assunto", disse o deputado Paulo Delgado (PT-MG), de esquerda, aplaudindo a decisão do deputado Saulo Queiroz (PFL-MS), de centro.

Tanto o PT quanto o PFL estão rachados na definição do sistema eleitoral. Embora Saulo, secretário-geral do PFL, tenha votado contra a proposta na Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, o presidente nacional do partido, senador Marco Maciel, apóia o sistema misto.

Sarney concede amanhã entrevista coletiva no Planalto

O presidente José Sarney, 57, concederá amanhã, às 11h, uma entrevista coletiva aos jornalistas credenciados na Presidência da República. A entrevista — no auditório do edifício anexo do Palácio do Planalto — poderá ser transmitida em cadeia opcional de rádio e televisão.

O porta-voz da Presidência, jornalista Frota Neto, 44, afirmou ontem que Sarney não deverá fazer nenhum pronunciamento especial além da entrevista coletiva. A conversa com os jornalistas foi prometida por Sarney há um mês, quando, seguindo ordem sua, a administração do Palácio do Planalto proibiu a entrada de repórteres no terceiro andar do prédio, onde está o seu gabinete.

O Comitê de Imprensa da Presidência teve de fazer um sorteio para escolher apenas 23 jornalistas (entre os 206 credenciados).

Presidente reúne Conselho Político na quinta-feira

O presidente José Sarney, 57, convocou para a próxima quinta-feira uma reunião do Conselho Político do governo, para discutir basicamente dois assuntos: a reforma econômica instituída com o chamado "Novo Cruzado" e os trabalhos do Congresso constituinte.

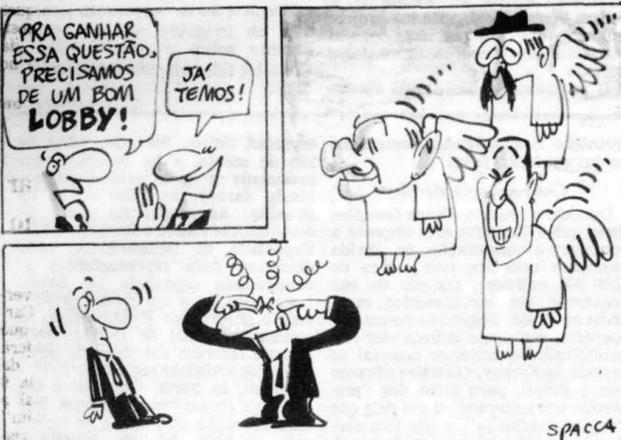
Sarney pretende pedir aos líderes da Aliança Democrática que apoiem o novo plano econômico.

Compõem o Conselho Político, o deputado Luiz Henrique (SC) e o senador Fernando Henrique Cardoso (SP), líderes do PMDB na Câmara e no Senado, respectivamente; o deputado José Lourenço (BA) e o senador Carlos Chiarelli (RS), líderes do PFL; o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara e os ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) e Paulo Brosard (Justiça).

Deputado recebe hoje documento sobre convenção

O deputado federal Maurício Fruet (PMDB-PR), centro-esquerda, entregará hoje ao presidente nacional do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, o requerimento contendo 346 assinaturas pedindo a convocação de uma convenção extraordinária do partido para os dias 27 e 28 deste mês. Mas, simultaneamente, o grupo interessado na rápida realização da convenção sugerirá uma alternativa (4 e 5 de julho).

A decisão de propor as datas de 4 e 5 foi tomada ontem, em reunião no apartamento de Fruet, onde estavam presentes os líderes do PMDB no Congresso constituinte, senador Mário Covas, no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso e na Câmara, deputado Luiz Henrique, além do senador Afonso Camargo (PR), do ex-governador do Ceará, Gonzaga Motta, e dos deputados Miro Teixeira (RJ), Haroldo Sabóia (MA) e Euclides Scalco (PR).



Entidades espíritas querem incluir 'mediunidade' na nova Constituição

Da Reportagem Local

Entidades espíritas de todo o país, sob a coordenação do Grupo Espírita de Iniciativas Doutrinárias, de São Paulo, estão fazendo, desde o início deste mês, uma coleta nacional de assinaturas em favor da inclusão do "direito à mediunidade" nos dispositivos sobre liberdade religiosa da nova Constituição brasileira. O abaixo-assinado será encaminhado, com a proposta, ao Congresso constituinte, com base no artigo 23 do regimento congressual que assegura o direito dos grupos de pelo menos 30 mil eleitores apresentarem propostas para o novo texto constitucional, com o patrocínio de três entidades legalmente reconhecidas. Os espíritas pretendem, segundo o texto utilizado na coleta de assinaturas, que a nova Constituição garanta o direito de exercício e prática da mediunidade para fins de experimentações científicas, assistência espiritual e tratamento auxiliar por intermédio de passes.

tuinte dos espíritas, "a história está repleta de casos comprovados de cura por meio da mediunidade", definida como "a faculdade que todos os seres humanos possuem, de forma generalizada, permitindo o relacionamento entre o mundo espiritual e o mundo corpóreo". A doutrina espírita define os que possuem essa capacidade como "médiuns", afirmando, também, que "o homem já nasce médium" e que "os fenômenos mediúnicos podem aparecer em determinados períodos da vida". A proposta diz, ainda, que "os médiuns são intermediários dos espíritos, nas curas" e que a mediunidade "é largamente praticada no Brasil, nos centros e grupos espíritas", não havendo como proibi-la ou impedi-la. Enfatiza que "o espiritismo é uma realidade inquestionável no Brasil" e que "a prática espírita vem colaborando para a boa formação da sociedade brasileira". Os espíritas alegam ainda que, na Inglaterra, o exercício da mediunidade "é uma prática legal".

De acordo com a proposta consti